

EM BUSCA DA CIDADANIA PERDIDA*

Aloysio Campos da Paz Júnior**

A forte tendência nacionalista que emergiu no período Vargas e a ausência de suficiente capital nacional para o desenvolvimento industrial levaram o Estado brasileiro à criação das sociedades de *economia mista*. Isso gerou um sincretismo absurdo, que trouxe ao Estado a noção de lucro, e que se estendeu até a participação do funcionário público nesse lucro.

Criou-se uma contradição entre os princípios éticos que se impõem ao servidor público e a competição inerente e característica ao capitalismo. A transferência desse conceito para a assistência médica tornou-se conseqüência patética. A cidadania passou a ser ato inconveniente, porquanto pressupõe um Estado que sirva ao interesse de todos, e não àqueles das corporações que surgiram no processo: tudo para o *prestador dos serviços*, nada para quem dele necessita.

Quando as responsabilidades com a assistência médica foram totalmente transferidas para o Ministério da Saúde, ocorreu, simultaneamente, o esvaziamento da competência do Estado para criar normas técnicas que permitissem a fiscalização dos atos médicos sob sua responsabilidade. O controle

*Publicado no Jornal O Globo, Rio de Janeiro, janeiro de 1996.
**Médico. Pós-graduação em Ortopedia pela Universidade de Oxford. Cirurgião-chefe da Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor em Brasília.

passou a ser apenas formal, no papel, e conseqüentemente consolidou-se a fraude.

A descentralização caótica que se seguiu, defendida como dogma, retirou da União qualquer possibilidade de avaliação da relação entre o dinheiro repassado e sua real transformação em atos médicos qualificados. Estava pronto o terreno para a expropriação da saúde do brasileiro, transformando-se a medicina numa indústria que visa ao lucro, financiada com o dinheiro do contribuinte. Isso no momento em que este, frágil, nada pode fazer: é apenas matéria-prima para a fábrica de doenças que enriquece alguns.

Cresce, com a derrocada do serviço público de assistência médica, a *dupla militância*: a licença assegurada a um médico para trabalhar simultaneamente num hospital público e em outros lugares e, pior, atuar em, ou até mesmo possuir, um hospital privado concessionário do SUS, que, de acordo com a Constituição, “complementa aquilo que o Estado não pode fazer”. O conflito de interesses termina por liquidar os hospitais públicos, pois o concessionário só se justifica pela ineficiência daquele que o aceitou como parceiro...

A classe média, transferida para a porta dos hospitais *concessionários* do SUS, passa a ouvir o discurso da anticidadania: “Não recebemos os recursos necessários; você paga a diferença e é atendido.” Nos públicos: “Aqui não temos recursos; além do mais, estamos em greve por melhores salários.” E o manto do corporativismo médico encobre toda a farsa. Afinal, isso não é assunto para ser discutido por leigos...

Aqueles que comandam o processo decisório nacional acreditam que seu problema particular de assistência médica está resolvido (?) por pla-

nos, seguros e convênios de saúde. A ilusão dessa falácia elimina qualquer sentido de urgência na solução do problema. O próprio Ministério da Saúde, gestor do sistema, gasta hoje, com planos de assistência médica privada e seguridade a seus funcionários, mais de US\$ 100 milhões por ano: o valor de compra no mercado internacional de 20 grandes serviços de radiologia, incluindo cada um, além de aparelhos modernos convencionais, ultrassonógrafos, tomógrafo computadorizado e ressonância magnética de última geração!

A previdência privada dos funcionários do Banco do Brasil compra uma seguradora de saúde! Afinal, é necessário aumentar os rendimentos do capital! As estatais que defendem o monopólio, e que foram criadas para o fortalecimento estratégico da nação, são aquelas que possuem os maiores planos de assistência médica voltados para suas corporações e custeados pela população brasileira.

O que vem ocorrendo é uma enorme transferência de recursos públicos para um setor que os usa para realizar lucros. Se, num passe de mágica, qualquer governo conseguisse alocar 100% do Produto Interno Bruto para assistência médica, os mecanismos perversos que a regem fariam com que estes desaparecessem com a mesma velocidade de hoje e produzissem os mesmos serviços pífios.

O sistema que aí está deve ser condenado por um simples motivo: é fundamentado no lucro. A lógica, válida no setor produtivo – no qual ao se produzir mais, ou com maior complexidade, ganha-se mais – é adotada na assistência médica. No exato momento em que o ser humano apresenta-se vulnerável, sem poder de decisão, o sistema cria doença e lucra com ela. É, portanto, genocida.

A saída? Ela começa com a destinação ex-

clusiva dos recursos públicos para os hospitais públicos e pela criação de mecanismos de carreira que facilitem o ingresso de jovens nesses hospitais, com salários que dignifiquem a dedicação exclusiva e eliminem o cinismo do “você me paga mal e eu não trabalho”! Para esse modelo estão prontos aqueles dispostos a construir o futuro. Ninguém gosta de deixar doente falando sozinho ou morrendo na maca, para correr a outros lugares e garantir um mínimo de sobrevivência. Quem quiser praticar medicina privada que corra o risco do capital. Afinal, não é essa a regra?

Quem é contra? Todos aqueles que se beneficiam de um sistema que, no exercício de 96, mandará pelo esgoto R\$ 19 bilhões do Orçamento nacional.

Como financiar um novo sistema? Na medida em que a classe média, formadora de opinião, exigir o seu direito inalienável a um serviço que paga através dos impostos, e compreender que foi perversamente levada a acreditar que hospital público, sujo e quebrado, “é lugar de pobre”, as pressões, o apoio político e os recursos para a assistência médica ser recuperada com dignidade surgirão.

Quanto tempo para voltarmos a um sistema ético e moralmente correto? Dez anos. É crer e fazer.

Às vésperas da Revolução Francesa, quando o povo faminto pedia pão, a rainha Maria Antonietta perguntou, surpresa: se não têm pão, por que não comem bolo?

Hoje mudou: não tem hospital público? Pois que façam seguros de saúde! A sociedade que quer transforma. A História ensina.